

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRABALHADORES-ALUNOS  
DA CONSTRUÇÃO CIVIL SOBRE A ESCOLA ZÉ PEÃO**

**FRANCISCO THADEU CARVALHO MATOS**

**JOÃO PESSOA-PB  
DEZEMBRO - 1999**

FRANCISCO THADEU CARVALHO MATOS

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRABALHADORES-ALUNOS  
DA CONSTRUÇÃO CIVIL SOBRE A ESCOLA ZÉ PEÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como exigência parcial para obtenção do título de mestre em educação popular.

Orientador: Prof. Dr. Timothy Denis Ireland

*Examinado de acordo*

*CE/UNIFPB  
374-7 (043)*

JOÃO PESSOA-PARAÍBA

DEZEMBRO - 1999

UFPB/CE  
MEST. EDUCAÇÃO  
19/10/2000

UF	
Bo. D	UFPB/CE/MS
9/11/2000	TRD
7385	



M433r

Matos, Francisco Thadeu Carvalho.

As representações sociais dos trabalhadores-alunos da construção civil sobre a Escola Zé Peão / Francisco Thadeu Carvalho Matos, - João Pessoa, 1999.

191p.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE

- 650
1. Educação
  2. Representação Social (Moscovici)
  3. Trabalhadores (Construção Civil)
  4. Escola Zé Peão

CDU: 374.7


374.7

FRANCISCO THADEU CARVALHO MATOS

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRABALHADORES-ALUNOS  
DA CONSTRUÇÃO CIVIL SOBRE A ESCOLA ZÉ PEÃO

Aprovada em 08/outubro/1999

BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Timothy Denis Ireland (Orientador - CE-UFPB)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sheva Maia Nóbrega (Co-orientadora - UFPE)

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup> Betânia Leite Ramalho (UFRN)

---

Prof. Dr. Luiz Dias Rodrigues (CE - UFPB)

## DEDICATÓRIA

À minha mãe Marisa, que é mais uma mulher trabalhadora, não reconhecida socialmente no nosso país, e por sua força e disposição para vencer as adversidades da vida, possibilitou-me a tranquilidade possível para enfrentar este desafio.

Aos trabalhadores da construção civil da cidade de João Pessoa-PB, que, por acreditarem que as coisas podem mudar, inspiraram-me a escrever um pouco de sua história.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é o resultado de uma longa caminhada que começou com a minha prática educativa como alfabetizador de adultos no Projeto Escola Zé Peão em 1994. Nesta caminhada houve muitas intempéries, que são próprias de quem se arrisca e acredita na possibilidade de concretizar um sonho. Muitas foram as angústias, incertezas e decepções, mas por outro lado, apesar deste longo percurso, conseguimos ver a luz no fim do túnel. É neste momento que, por entendermos que um trabalho como este não se faz só, é que se constitui um dever e um compromisso ético da nossa parte, de agradecermos a todos aqueles que, conscientes ou inconscientemente, contribuíram para que o mesmo se concretizasse. Meus sinceros agradecimentos:

Ao prof. Dr. Timothy Denis Ireland, pela competência, rigor e responsabilidade com que conduziu esta orientação, demonstrando mais uma vez, como profissional, o compromisso que tem com a classe trabalhadora, particularmente no âmbito da problemática educacional.

À prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sheva Maia Nóbrega, pela seriedade, disponibilidade e compromisso com que assumiu este trabalho de co-orientação, constituindo-se numa ajuda decisiva e substancial para que o mesmo se concretizasse.

Aos trabalhadores da construção civil e trabalhadores-alunos do Projeto Escola Zé Peão, pela presteza e sinceridade com que anonimamente participaram deste trabalho, no que poderíamos traduzir como sendo os que realmente deram sentido e significado a esta pesquisa.

A Paulo Marcelo, presidente do SINTRICOM, um dos coordenadores do Projeto Escola Zé Peão e amigo, de quem ouvi muitas histórias sobre os trabalhadores da construção civil.

Ao SINTRICOM por ter colocado à minha disposição as informações sobre o Projeto Escola Zé Peão.

À minha mãe Marisa que, como uma pessoa que há muito tempo está fora da escola, ainda assim, soube ler o mundo e que por isso foi uma das pilstras na construção deste trabalho.

A meu pai, Getúlio, que, apesar de estar distante e apesar do tempo, devo reconhecer que, indiretamente, deu a sua contribuição para que esse trabalho existisse.

Aos meus irmãos, Jussara, Otávio e Rogério que também souberam colaborar com o propósito deste trabalho.

À Coordenação e ao corpo de professores do Projeto Escola Zé Peão, que sempre mantiveram as portas abertas para este pesquisador.

Aos mestres professores Paulo Coêlho, Roberto Jarry, Alder Júlio, Glória Escarião, Emília Prestes e Geovaní, a quem devo o incentivo e as críticas devidas, porém, construtivas, para minha vida acadêmica.

Aos Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, João Pessoa, pela presteza com que sempre me atenderam.

Aos colegas da 16ª turma do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, com quem sempre contei nas horas difíceis, como também nas horas de conagração.

A todos os Servidores do CEFET - UNED - Cajazeiras, pela colaboração e confiança que depositaram na minha pessoa.

Ao SINTEF-PB, particularmente à Coordenação de Cajazeiras, pela luta coletiva, em defesa de preservar a nossa dignidade de trabalhador da educação.

Aos alunos do CEFET - UNED - Cajazeiras, que têm colaborado comigo desde que cheguei à Instituição, como também neste presente momento.

Ao meu aluno do CEFET - UNED e amigo, Leonardo A. Oliveira, com quem, na convivência diária da construção deste trabalho, aprendemos a dividir angústias e alegrias.

O meu mais profundo agradecimento a estas pessoas que, de uma forma ou de outra, deram a sua colaboração, no devido momento, à minha pesquisa: à Francineide Fernandes, Fátima Cartaxo, Maria José Marques, Marcos Ordonho, Fernando Hilton, Aniceto Rodrigues, Dimas Andriola, Edilene, José Otávio e Mary Luce.

À Maria José Pereira, pela paciência e dedicação com que fez a correção da Língua Portuguesa.

Gostaríamos ainda de agradecer a todos aqueles que colaboraram para que este trabalho se efetivasse e que por um lapso de memória não foram aqui mencionados.



"O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas 'águas' os homens verdadeiramente comprometidos ficam 'molhados', ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro. Ao experienciá-lo, num ato que necessariamente é corajoso, decidido e consciente, os homens já não se dizem neutros."

Paulo Freire

## SUMÁRIO

RESUMO .....	11
ABSTRACT .....	12
INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO I - OBJETO DE CONHECIMENTO: A ESCOLA ZÉ PEÃO .....	24
1.1. - A Escola Zé Peão e o contexto da construção civil .....	25
1.2. - Conhecendo a Escola Zé Peão: um breve histórico.....	34
1.3. - O espaço da Escola Zé Peão: a possibilidade da construção de um saber. ....	42
1.4. - O fazer e pensar: para além dos fragmentos .....	44
CAPÍTULO II - REFERENCIAL TEÓRICO .....	47
2.1. - Concepção teórica da pesquisa: a Teoria das Representações Sociais .....	47
2.2. - Conceito de Representação Social.....	51
2.3. - Características do conceito de Representação Social .....	64
2.4. - Funções e Processos de Formação das Representações Sociais.....	66
CAPÍTULO III – METODOLOGIA .....	68
3.1. - Procedimentos metodológicos.....	68

3.2. - Sujeitos e locus da pesquisa .....	70
3.3. - Métodos de análise: quantitativo e qualitativo .....	72
3.4. - Os instrumentos utilizados .....	73
3.4.1. - O teste de associação livre .....	74
3.4.2. - As entrevistas.....	79
3.5. - Procedimento de análise quantitativa dos dados.....	85
<b>CAPÍTULO IV - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL SOBRE A ESCOLA ZÉ PEÃO .....</b>	<b>88</b>
3.1. - A interpretação dos dados: representação gráfica e entrevistas .....	88
3.2. - Como compreender as representações no gráfico .....	97
3.3. - Alguns pressupostos sobre a escola .....	100
3.4. - As representações e os estímulos: algumas considerações .....	105
3.5. - As representações da Escola Zé Peão.....	106
3.6. - As representações do trabalho e do não-trabalho .....	129
3.7. - As representações sobre a escola formal: a outra escola .....	138
3.8. - As representações do estudo .....	140
3.9. - As representações do aluno.....	146
3.10. - As representações do patrão.....	149
3.11. - As representações do professor .....	154
<b>CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>177</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 .....	77
TABELA 2 .....	78
TABELA 3 .....	91
TABELA 4 .....	91
TABELA 5 .....	92

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo de estudo conhecer as representações sociais que os trabalhadores da construção civil têm sobre o Projeto Escola Zé Peão. O Projeto desenvolve-se numa parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário da cidade de João Pessoa-PB, e a Universidade Federal da Paraíba e faz parte das políticas educacionais desse Sindicato.

Buscamos compreender e analisar as representações sociais dos trabalhadores-alunos sobre a referida Escola, partindo-se da teoria das representações sociais, sobretudo, dos estudos realizados por Serge Moscovici e sua mais expressiva colaboradora, Denise Jodelet. Assim, procuramos discutir o conceito de representação social, bem como suas características, funções e seus processos de elaboração, no que se refere à sua aplicabilidade nos processos educativos.

Partimos do pressuposto de que representação social é um tipo de conhecimento elaborado socialmente, dentro de uma realidade comum posta e partilhado num determinado conjunto social (Jodelet). Consideramos que os trabalhadores da indústria da construção que freqüentam a Escola Zé Peão elaboram representações sociais sobre a mesma.

A metodologia desta pesquisa teve como aporte o método qualitativo ao quantitativo, empregando a técnica de Análise Fatorial de Correspondência (AFC), consubstanciada aos testes de associação livre e entrevistas.

Constatamos que os trabalhadores-alunos têm representações positivas sobre a Escola Zé Peão, numa polissemia de significados e sentidos diversos. Assim, a Escola Zé Peão tem sido preponderantemente um fator de positividade na vida desses trabalhadores-alunos, à medida que possibilita buscar a cidadania, re-socializá-los, construir novas identidades, transmitir e produzir o saber escolar, ao qual muitos não tinham acesso.

## ABSTRACT

The aim of the present dissertation is to understand the social representations which building workers hold about the Zé Peão School Project. This Project is developed on the basis of a partnership between the local branch of the Building Workers' Trade Union in João Pessoa, Paraíba, and the Federal University of Paraíba, as part of the branch's educational policy.

We seek to understand and analyse the worker-students' social representations about the school taking as our starting point the theory of social representation developed initially by Serge Moscovici and by his most significant collaborator, Denise Jodelet. We then discuss the concept of social representation as well as its characteristics, functions and processes of elaboration with regard to its applicability in educational processes.

Based on the premise that social representation is a kind of knowledge which is elaborated socially within a determined social context (Jodelet), we consider that those building workers who attend the Zé Peão School hold social representations about their school.

The methodology of this research is based on a quantitative/qualitative method which employs the technique of factorial analyses of correspondence together with free association tests and interviews.

We establish that the worker-students hold positive representations about the Zé Peão School with a diversity of meanings and nuances and conclude that the Zé Peão School has proved a highly positive factor in the lives of the worker-students, facilitating their search for citizenship, serving as a space for re-socialization, assisting them to construct new identities and producing and transmitting that school knowledge to which many of them did not have access.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo **conhecer quais as representações sociais dos trabalhadores da construção civil sobre o Projeto Escola Zé Peão** que é freqüentada por eles.

Este Projeto desenvolve-se na cidade de João Pessoa desde 1990, como parte das políticas educacionais do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de João Pessoa (SINTRICOM) e tem como parceiro o Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - campus I. Colaboram com este Projeto um grupo de professores deste referido Programa, como também, alunos das várias licenciaturas desta Universidade.

Sabemos que a questão do analfabetismo ainda é uma problemática<sup>1</sup> a ser superada. É muito difícil se falar em analfabetismo em nosso país sem falar em

---

<sup>1</sup> Aqui devemos ler o termo problemática no sentido semântico, por exemplo, como um fenômeno, desprovido de qualquer preconceito sobre o assunto. Faço essa observação para isentar-nos de qualquer falta de clareza que eventualmente possa trazer dúvidas sobre a questão do analfabetismo. Nesse sentido, é importante verificar a abordagem feita por Álvaro Vieira Pinto na sua concepção de analfabetismo e também as considerações sobre o analfabeto. Cf. PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições Sobre Educação de Adultos. 10ª ed. São Paulo. Cortez. 1997.

educação de pessoas jovens e adultas (EJA)<sup>2</sup>, considerando o alto índice de adultos analfabetos que ainda constituem grande parte da população.

No Estado da Paraíba, no que se refere aos índices de analfabetismo, esses têm sido bastante altos. Segundo dados do IBGE (PNAD, 1997), a população adulta com 15 anos ou mais de idade é da ordem de 2.246.361 de pessoas. Desse total 667.083 são analfabetas (29,69%). Dos 667.083 que são analfabetos, 338.590 (50,75%), concentram-se na zona urbana e os 328.493 (49,24%) restantes na zona rural. Um dado novo a se considerar nessa pesquisa é que o percentual de analfabetos da zona urbana já supera o da zona rural, em relação ao Censo Demográfico do IBGE de 1991.

Segundo Haddad (s/d), em dados fornecidos pela UNESCO, em 1995, a população com mais de 10 anos de idade no Brasil perfazia um total de 18 milhões de analfabetos, sem contar os chamados analfabetos funcionais<sup>3</sup>, que representam 50% da população com mais de 14 anos de idade.

Em termos mundiais é extremamente preocupante a situação do analfabetismo. Segundo dados de um relatório publicado pela UNESCO para seu Forum Consultivo Internacional sobre Educação Para Todos(1997), em nível mundial em termos comparativos, em 1980, tinham-se 887 milhões de analfabetos, dos quais 3% nos países desenvolvidos, 15% nos países menos desenvolvidos, e 82% nos países em desenvolvimento. Se compararmos com os dados de 1995 teremos um total de 885 milhões de analfabetos, dos quais 1% nos países desenvolvidos, 19% nos países menos desenvolvidos e 80% nos países em desenvolvimento. Isto significa dizer que está

<sup>2</sup> Essa é a abreviatura correta na atualidade, para Educação de Jovens e Adultos.

<sup>3</sup> Existe uma imprecisão conceitual com relação ao termo analfabetismo e suas várias categorias, nesse sentido, o percentual de analfabetismo no Brasil pode variar entre 18 e 60 milhões. Cf. Torres, 1994 e Matencio, 1995. O termo analfabeto funcional utilizado aqui, refere-se a ao segmento populacional que, com mais de 14 anos de idade, não concluiu as quatro primeiras séries do ensino regular.



havendo nos países menos desenvolvidos, em termos percentuais, um crescimento da população analfabeta. Assim se pronuncia o relatório:

*"Quase 23% da população adulta é incapaz de ler, escrever ou realizar operações matemáticas elementares, enquanto que muito mais carecem delas e outros conhecimentos básicos que se requer para chegar a ser pais responsáveis, trabalhadores eficientes e cidadãos ativos." (UNESCO, 1997:5).*

No nosso caso, com os operários da construção civil, esta problemática não é muito diferente. A grande maioria dos trabalhadores dessa indústria, em geral, tem pouca escolaridade. Embora um número significativo deles tenha freqüentado os bancos da escola formal, ainda assim, a grande maioria não completou sequer as quatro primeiras séries do primeiro grau.

Historicamente, tem sido um obstáculo para o sindicato dos trabalhadores da indústria da construção civil tentar organizar esses trabalhadores, considerando que um dos fatores que tem contribuído para que esta organização não se consolide é o fato de os mesmos terem dificuldade em ter acesso ao código escrito, por serem analfabetos ou semi-escolarizados.

O sindicato tem se preocupado com a formação desses trabalhadores, tanto no que tange ao aspecto da educação básica, para que eles tenham acesso ao código escrito, quanto ao aspecto da participação política, de uma forma mais ampla e efetiva. Além das dificuldades relacionadas à questão de uma educação e formação básica, os trabalhadores também enfrentam as mudanças postas pelo processo de modernização, no contexto da internacionalização da economia. As mudanças tecnológicas e de gerenciamento têm tido reflexos profundos na estrutura da indústria e no perfil do operário exigido por esse mercado de trabalho. Percebe-se que o não acesso

à leitura e à escrita já se constitui como um fator de exclusão dos trabalhadores desse referido mercado.

Sabemos que a instituição escolar tem uma história muito recente, que com o advento da sociedade de classes, articulada às necessidades da sociedade moderna, tem diferenciado a educação dos homens. Sendo assim, a instituição escolar adquire importância fundamental nessa sociedade, quando a ela é destinado o papel específico de transmissão e socialização dos conhecimentos sistematizados, historicamente acumulados pela humanidade.(Saviani, 1991).

Indo mais além da história da instituição escolar e adentrando às prerrogativas educacionais do estado moderno<sup>4</sup>, no nosso caso, o Estado brasileiro, no que se refere à educação de jovens e adultos, temos percebido que o mesmo, desde 1990, não tem dado a devida atenção, enquanto poder instituído, no sentido de, na prática, manter uma política nacional voltada para jovens e adultos, apesar de, na nova LDB, terem sido dedicados dois artigos relativos à educação de jovens e adultos. Assim estão enunciados:

*"Art.37. - A educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria."*

*"Art.38. - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular."*

Entretanto, o Estado brasileiro tem se omitido da sua responsabilidade enquanto preceito constitucional, transferindo à sociedade civil essa função. A esse

---

<sup>4</sup> No que se refere ao surgimento da instituição escolar na época moderna e à necessidade dos códigos formais, digo: a escrita, conferir Dermeval Saviani, citado nas referências bibliográficas.

respeito e de forma extremamente contundente nos fala ainda Gelpi: "*Assim, através do mito da sociedade civil, está se destruindo sistemas educativos que funcionam nos países do Terceiro Mundo e nos países do 'socialismo real'.*" (Gelpi, 1997:4).

Quando se refere à situação da educação de pessoas jovens e adultas em nível das políticas governamentais atuais do Estado brasileiro, Ireland faz as seguintes considerações, dizendo que o Brasil:

*"embora oficialmente representado na CONFINTEA<sup>5</sup>, continua demonstrando uma atitude refratária aos desafios postos para EDA na próxima década. (...) No caso brasileiro, entende-se que se deveria priorizar e centralizar recursos na escolarização de crianças e adolescentes antes da implementação de políticas que tomam por base o paradigma da educação permanente. Diga-se, de passagem, que este paradigma da educação continuada, ao longo da vida, vem sendo discutido desde a Conferência de Montreal (Canadá) em 1960."* (Ireland, 1999:169-170).

Essas informações nos remetem a refletir sobre a importância da educação de jovens e adultos se pensarmos em termos de uma possibilidade de conhecimento e desta educação de uma forma permanente, numa sociedade em constante processo de mudanças. Ressalta-nos Wertheim a importância da educação de jovens e adultos para o próximo século:

*"Um dos pontos altos da Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos, em 1997, foi o reconhecimento de que a educação permanente não constitui apenas um direito de todas as pessoas, mas é uma das chaves para as aspirações de cidadania para o século 21."* (Folha de S. Paulo, 1998, 07 de junho).

<sup>5</sup> Refere-se a V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em julho de 1997, na cidade de Hamburgo, Alemanha. Estas Conferências acontecem aproximadamente a cada dez anos.

Feitas estas considerações iniciais, o nosso propósito é tomar como tema deste trabalho as relações entre trabalho e escola, mais especificamente, numa perspectiva relacional, enquanto categorias essenciais que podem desvelar o sentido dessa Escola para os trabalhadores que a frequentam. Sobretudo, e o que é mais relevante, conhecer as representações sociais dos trabalhadores-alunos da construção civil sobre a Escola Zé Peão.

### **A experiência como educador do Projeto Escola Zé Peão**

Como profissionais da educação que participamos de forma efetiva do processo ensino-aprendizagem no cotidiano dessa Escola, no período de um ano e meio(1994/1995), em classes de pós-alfabetização (TST)<sup>6</sup>, numa experiência de alfabetização com jovens e adultos, trabalhadores-alunos da construção civil, sentimos-nos motivados, dada a extrema relevância para nós, a estudar a Escola Zé Peão. Este estudo deverá ser feito, do ponto de vista dos seus sujeitos históricos, baseado nas representações sobre essa Escola, que foi pensada e concretizada para e com eles.

Trabalhar com a educação de jovens e adultos trabalhadores, numa realidade de canteiros de obra, com alunos saídos do trabalho para a sala de aula, já superados no seu tempo-limite para o descanso, requereu-nos ter um compromisso que

---

<sup>6</sup>O Projeto Escola Zé Peão, na época, constituía-se basicamente de três programas educativos, que estavam organizados para efeito didático-pedagógico da seguinte forma: APL-ALFABETIZAÇÃO NA PRIMEIRA LAJE para os trabalhadores sem nenhuma escolaridade prévia, TST-TIJOLO SOBRE TIJOLO, para os que já tinham de algum modo iniciado na escola formal nas suas primeiras séries iniciais e já conheciam a escrita, e o VV-VARANDA VÍDEO, que tinha um caráter mais geral, ou seja, trabalhando os conteúdos mais sócio-político-culturais. Com isso, tornando o conjunto de disciplinas elaboradas pelo Projeto amplo, não ficando apenas em nível dos dois programas que eram mais específicos para linguagem e matemática.

vai além dos formais e que é próprio ao educador que se diga de base. Assim, nos sentimos ainda partícipes dessa Escola, à medida que a tomamos como o nosso objeto de estudo, e que numa visão psicossociológica, tentaremos desvelar as representações dos trabalhadores sobre a mesma.

Os trabalhadores da indústria da construção civil, depois de uma longa jornada de trabalho, em ambientes muitas vezes inadequados, tomados pelo cansaço físico e mental, já num terceiro expediente, têm preenchido os bancos dessa Escola.

Sabemos que o tempo de permanência na Escola pelo operário coincide com o seu tempo de permanência na obra, e que esse tempo na obra é um tempo relativamente curto, devido ao alto nível de rotatividade que é característica desse ramo da produção, mas, ainda assim, os trabalhadores procuram a Escola Zé Peão.

A partir desse contexto, apresentaremos alguns questionamentos sobre o significado dessa experiência escolar para esses trabalhadores-alunos. Entendemos que são questionamentos extremamente significativos, e ao trazê-los, suscitaremos novos debates e supomos que também alargaremos a discussão no campo da educação de jovens e adultos trabalhadores.

Esta Escola Zé Peão tem despertado nos trabalhadores iniciativas para que reivindiquem os seus direitos dentro da sociedade, como uma prática possível da cidadania?

Se já estão inseridos no mundo do trabalho da construção civil, o que ainda buscam na Escola Zé Peão?

Que articulações existem entre essa Escola e o trabalho dos operários da construção civil em João Pessoa?

Em termos de conhecimento o que essa Escola lhes oferece?

Sabemos que a construção de uma identidade coletiva para esta categoria sempre foi um elemento extremamente complexo. A Escola possibilita construir novas identidades para este trabalhador? Se possibilita, que identidades são estas?

Que novas relações podem ser construídas a partir destas novas identidades?

Como e o que valorizam nessa Escola?

É possível pensar que essa Escola pode possibilitar uma socialização do trabalhador-aluno no sentido de uma maior integração, acesso ao mundo do trabalho?

O que vem como consequência do conhecimento das representações sociais que têm os trabalhadores-alunos acerca da Escola Zé Peão?

Em parte, são estes os questionamentos que gostaríamos de fazer. Entendemos que os mesmos são todos de uma importância fundamental para as possíveis conclusões deste trabalho.

Em síntese interessa-nos saber quais as representações sociais dos trabalhadores-alunos da construção civil da cidade de João Pessoa, sobre a Escola Zé Peão?

A organização desta dissertação obedece à seguinte estrutura: No capítulo I, intitulado **Objeto de conhecimento: A Escola Zé Peão**, tratamos de organizá-lo em quatro partes. Na primeira parte, **O contexto da construção civil e a Escola Zé Peão**, contextualizamos a indústria da construção civil, particularmente na cidade de João Pessoa, assim como as suas características mais gerais. Trabalhamos também a constituição da Escola, dando ênfase à preocupação do sindicato com a educação dos trabalhadores. Na segunda parte, cujo subtítulo é **Conhecendo a Escola Zé Peão: um breve histórico**, fazemos um breve histórico sobre a Escola Zé Peão, a partir do grupo que assumiu o sindicato, "Grupo Zé Pião", evidenciando os seus

pressupostos com a educação dos trabalhadores. Ainda neste capítulo, falamos dos programas os quais estão sendo desenvolvidos por essa Escola, como também contextualizamos em termos dos seus dados mais atualizados. Dando seqüência, numa terceira parte deste capítulo, que se chama **O espaço da Escola Zé Peão: a possibilidade da construção de um saber**, detalhamos os princípios nos quais a Escola está fundamentada, enquanto possibilidade de construção de um saber sistematizado para o trabalhador. Ainda nesta parte, referimo-nos à mesma tanto do ponto de vista do seu locus, quanto da sua função de produção e reprodução do saber escolar. Também aqui, delineamos os princípios de sua operacionalidade em termos da metodologia utilizada.

Numa última e quarta parte, que tem como subtítulo **O fazer e o pensar: para além dos fragmentos**, discernimos sobre a síntese entre a Escola e o Trabalho, como categorias fundamentais desse trabalho, considerando a articulação trabalho-escola, e partindo do pressuposto que a Escola pode construir nos trabalhadores-alunos a possibilidade da superação da dicotomia entre o fazer e o pensar, na perspectiva de uma escola que produza um novo conhecimento, para além dos fragmentos. Dito de outra forma, rejeitar o conhecimento prático que o trabalhador possui com o conhecimento científico sistematizado oferecido pela Escola Zé Peão.

No capítulo II, tratamos do nosso **Referencial Teórico**, estruturado da seguinte forma: inicialmente, procuramos elucidar a **Concepção teórica da pesquisa: a teoria das representações sociais**, onde fazemos um breve histórico dessa teoria, a partir da psicologia social da vertente norte-americana. A seguir, trabalhamos **O conceito de representação social**, que teve como pressupostos teóricos, basicamente, os estudos formulados por Moscovici e que têm sido aprimorados pela sua principal colaboradora Jodelet. Nesta parte, também trabalhamos outros autores que se têm

destacado no estudo das representações sociais, especialmente aqui no Brasil, como é o caso de Sá, Nóbrega, Spink, Guareschi, Souza Filho, dentre outros, relacionando-os com os processos educativos. Num outro subtítulo, destacamos as **Características do conceito de representação social**, onde enfocamos as noções, os valores, as comunicações, dentre outros elementos que esse referido conceito comporta. Ainda nesse capítulo, apresentamos de uma forma bastante resumida as **Funções e os processos de formação das representações sociais**.

No capítulo III, tratamos da **Metodologia**, apresentando, inicialmente, os **Procedimentos metodológicos**. Aqui fazemos a ponte entre a teoria e a metodologia da pesquisa, resgatando ainda a teoria das representações sociais, para, em seguida, adentrarmos nos métodos de análise. Dando seqüência, temos como subtítulo os **Sujeitos e o locus da pesquisa**, caracterizando, então, o universo e o local da pesquisa, como também, as condições nas quais foram feitas a coleta dos dados. Logo depois, tratamos de falar sobre os **Métodos de análise: quantitativo e qualitativo**, trazendo a velha discussão da dicotomia entre esses métodos. Temos como contribuição o método qualitativo ao quantitativo, em que este último, em termos práticos, foi consubstanciado na técnica da análise fatorial de correspondência(AFC). Dando prosseguimento, tratamos de apresentar os **Instrumentos utilizados** nas nossas análises, quais sejam: o **teste de associação livre** e as **entrevistas**. Por último, ainda nesse capítulo, abordamos o **Procedimento de análise quantitativa dos dados**, onde são feitas as explicações mais estatísticas sobre o método da análise fatorial de correspondência(AFC).

Como um IV e último capítulo, apresentamos as **Representações Sociais dos trabalhadores da construção civil sobre a Escola Zé Peão**, onde destacamos: a **interpretação dos dados: representação gráfica e as entrevistas**; **Como compreender as representações no gráfico**; **Alguns pressupostos sobre a escola**; **As**



representações e os estímulos: algumas considerações; As representações da Escola Zé Peão; As representações do trabalho e do não-trabalho; As representações sobre a escola formal: A outra escola; As representações do estudo; As representações do aluno; As representações do patrão; As representações do professor. Neste capítulo IV, analisamos os resultados obtidos na pesquisa, tanto a partir das representações dispostas no gráfico, que resultou da análise fatorial de correspondência (AFC), a partir dos testes de associação livre, como das entrevistas em profundidade realizadas com os trabalhadores-alunos. E como uma última parte dissertada deste trabalho, temos, então, as **Considerações Finais** como síntese de todas as análises feitas até aqui. Estão inclusos, após as **Considerações Finais**, os **Anexos** e as **Referências bibliográficas**.

## CAPÍTULO I

### O OBJETO DO CONHECIMENTO: A ESCOLA ZÉ PEÃO

Neste capítulo, aprofundaremos o nosso conhecimento sobre a Escola Zé Peão e o contexto da indústria da construção civil, apresentando a gênese da Escola e as características gerais dessa indústria. Adentraremos brevemente nas suas relações com o mundo do trabalho, isto é, particularmente com a vida dos trabalhadores da construção civil na cidade de João Pessoa. Dissertaremos também sobre a Escola Zé Peão, enquanto possibilidade de um conhecimento elaborado para os trabalhadores. Por último, trabalharemos a proposta da Escola como possibilidade de superação do fazer e do pensar de uma forma dicotômica.

## 1.1 - A Escola Zé Peão e o contexto da construção civil

O Projeto Escola Zé Peão, ou mesmo, podemos chamar, Escola Zé Peão, como um dos canais possível à educação dos trabalhadores da construção civil dentro da política educacional instituída pelo sindicato, inclusive como uma das prioridades da atual direção sindical neste campo, para nós se constitui, neste momento, como o *leitmotiv* da nossa pesquisa.

Por ser o nosso objeto de estudo específico a Escola Zé Peão, faremos uma breve trajetória que possibilite a compreensão da existência concreta dessa referida Escola, considerando que outros autores<sup>7</sup> já se reportaram a mesma, no que tange aos aspectos relacionados aos processos educativos que envolvem trabalhadores operários da construção civil e sua indústria, de uma maneira geral.

Afirmamos que essa Escola está mediatizada pelo contexto do trabalho, considerando que a mesma tem suas origens nos movimentos sociais e sindicais, nas suas lutas e conquistas implementadas, na tentativa de construção de uma identidade operária coletiva. Identidade que, no pensamento de Minayo:

*"... se evidencia de forma especial, a partir do lugar que cada um ocupa no sistema produtivo, se constrói dentro da totalidade da vida, isto é, na família, na escola, no sindicato e no partido, etc, mas tem sua centralidade na unidade de trabalho." (Minayo, 1987:32).*

<sup>7</sup> A esse respeito, conferir os estudos realizados por Barreto (1980;1986), Morice (1988;1992), Ireland (1991;1993;1995;1996), Oliveira(1992), Muniz(1993), Gonsalves(1994) e Fonsêca(1996).

Sendo a indústria da construção civil, extremamente complexa, faz-se mister conhecermos a realidade da mesma, particularmente na cidade de João Pessoa. Em João Pessoa, além dessa realidade complexa, temos como ponto relevante e fundamental para os trabalhadores a Escola Zé Peão. A Escola Zé Peão para os trabalhadores da construção civil dessa cidade tem sido uma referência educativa bastante presente no contexto dos seus trabalhos. A mesma tem possibilitado aos operários refletirem sobre suas vidas, à medida que tem tomado como cerne da questão a realidade do trabalho no qual estão circunscritos.

Evidenciamos, ainda, como instância organizativa institucional, a participação da Universidade Federal da Paraíba, como parceira deste Projeto. Sendo assim, Sindicato e Universidade têm assumido, lado a lado, este compromisso político-pedagógico.

É fundamental também caracterizarmos a indústria da construção civil, principalmente na cidade de João Pessoa, onde se localiza essa Escola. Com isso, traremos à tona um pouco das suas Bases Sociais que nos auxiliarão a elucidar esta prática educativa com os operários deste setor. Apresentaremos, agora, algumas características mais gerais da indústria da construção civil.

Nesta, dois mundos se justapõem, o rural e o urbano, isto é, a construção civil é "*porta de entrada*" para os trabalhadores rurais que transitam conforme a situação de trabalho no meio rural. Segundo Minayo, essa indústria se constitui como uma "*encruzilhada entre o campo e a cidade,*" (Minayo, 1987:27). E ainda se referindo a essa característica, acrescenta Ireland:

*"na realidade a construção civil se apresenta como uma porta de mão dupla por onde o trabalhador entra e sai tanto para outras ocupações urbanas como para voltar ao seu trabalho original no campo." (Ireland, 1991:2).*

Entendemos que o movimento que expulsa o homem do campo é o que o traz de volta são duas faces de uma mesma moeda, ou seja, resultado do processo de acumulação capitalista. Mas, para Gonsalves, *"não é somente uma migração de expulsão do campo, mas também uma migração em função das necessidades da construção civil."* (Gonsalves, 1996:27).

Uma outra característica desta indústria da construção civil, que nos ajudará a delinear o perfil da sua força de trabalho, é o fato de, na construção civil, existirem ao mesmo tempo dois processos produtivos: artesanal e industrial. Convivem juntos no mesmo espaço e tempo, o artesão e o operário. Segundo Ireland,

*"Apesar de uma forte tendência de modernização tecnológica, especialmente nas duas primeiras etapas de construção (fundação e estrutura), o espaço do artesão ainda existe, especialmente, por exemplo, no setor edificação, na fase de acabamento." (Ireland, 1991:2-3).*

Elucidamos ainda uma outra característica dentro desse processo produtivo. Existe reconhecidamente, nessa indústria, uma nítida separação entre os trabalhadores a qual se configura entre serventes e profissionais. Entre os serventes, que constituem a grande maioria deste setor, constata-se uma identidade negativa, ou seja, pela negação do ofício, também pela não qualificação, pelo *"preconceito brutal que os discrimina e a vontade sempre manifesta de abandonar o setor."* (Minayo, 1987:33).

No caso dos profissionais, existe a afirmação identitária pela positividade, pela qualificação, pela especialização, ao contrário dos serventes. Segundo

Minayo, sobre os profissionais *"poder-se-ia dizer, têm uma identificação positiva, o que revela o verdadeiro nó da questão como sendo a qualificação e a desqualificação operária."* (Minayo, 1987:33).

Reportando-se ainda a essa característica, para nós, é mais do que evidente esta divisão técnica do trabalho, na organização interna do processo industrial na construção civil, onde podemos afirmar, existe uma heterogeneidade identitária, a qual Ireland nomeia como sendo *"uma pluralidade de identidades (...), simbolicamente representada, diga-se de passagem, em algumas firmas pela cor do capacete."* (Ireland, 1991:3). Nesse sentido, acrescenta Fonsêca: *" e que portanto, tal divisão antes de ser técnica é social."* (Fonsêca, 1996:39).

Como uma quarta característica da indústria da construção civil, identificamos a superexploração ao qual estão submetidos esses operários, no que concerne à precariedade e desprestígio deste trabalho, às péssimas condições de trabalho nesse ramo da indústria, onde encontramos com muita frequência o prolongamento das jornadas de trabalho, além do permitido pela legislação trabalhista<sup>8</sup>. Todos são fatores que legitimam esta superexploração.

Historicamente é sabido que essa categoria de trabalhadores tem sido símbolo dessa exploração. Assim, essas características podem levar-nos a uma maior compreensão da vida desses trabalhadores. Podemos perceber isso quando relacionamos esse contexto com as condições de moradia, alimentação, saúde, segurança no trabalho, condições de trabalho, alfabetização, educação básica, qualificação profissional dos trabalhadores, demonstrando, então, o anverso da moeda. Minayo ressaltou, em anos anteriores, que os trabalhadores da construção civil tinham: *"Poucos móveis,*

<sup>8</sup> Pela legislação trabalhista a carga horária semanal deveria ser de 44 horas. Mas sabemos que, muitas das vezes estes operários extrapolam este limite, cujo tempo adicional lhes é consumido com os serões de obras.

*alimentação escassa, pouca acessibilidade ao comércio e aos equipamentos urbanos: escolas, hospitais e transporte.*" (Minayo, 1987:27).

Também em estudos que se reportam a décadas passadas, concluiu-se que a construção civil em João Pessoa manteve relações paternalistas com o Estado por longo tempo, onde sempre existiu uma permissividade político-eleitoral em troca de interesses e favores econômicos e políticos entre ambos. Nestes termos, ficou evidenciado que nessa política de interesses entre patronato e Estado, os trabalhadores sempre saíam perdendo.

De uma forma bastante clara, Morice colocou a questão, articulando elementos que contribuíram para a compreensão da problemática dessa indústria: "*pode-se considerar que a construção civil é devidamente 'subsidiada', ou seja, externamente pelo orçamento federal e, internamente, pela superexploração dos operários.*" (Morice, 1988:5).

Poderíamos dizer, num sentido figurado, que os trabalhadores eram cartas fora do baralho, cuja evidência e significado social se revestem de forma mais expressiva na sua rotatividade e conseqüente instabilidade no emprego, "*tornando, em princípio, acessória a questão do trabalhador, da produtividade, etc.*" (Morice apud Fonsêca, 1996:40).

Entretanto, em anos mais recentes, tem se mostrado um novo quadro dessa indústria na capital paraibana de uma forma geral e que se tem diferenciado bastante de anos anteriores. O Estado tem deixado de ser o ator principal quando se refere aos financiamentos desse setor.

Apesar dessas mudanças, o empresariado do setor tem insistido em recolocar a questão dos financiamentos dessa indústria pelo governo federal, com o velho discurso do "compromisso social" com os trabalhadores, ficando evidente que o

patronato ainda utiliza um argumento que foi muito aceito entre eles, em anos anteriores. Podemos atestar esse sentimento quando, em entrevista recente, a um jornal de circulação estadual, o presidente do Sindicato da Construção Civil da Paraíba - SINDUSCON-PB faz a seguinte afirmação:

*"A construção civil é um setor preponderante e estratégico dentro da economia brasileira, porque nós utilizamos a mão de obra sem qualificação e ajudamos, inclusive, amenizar aos problemas sociais, como a favelização das cidades e os problemas agrários na área rural" (O Norte, 1999, 14 de outubro, Serviço, p. A11).*

Podemos afirmar que nesse discurso existe uma armadilha preparada para os trabalhadores. Como podemos observar nesse depoimento, o patronato tenta sensibilizar o poder público, no sentido de investir no setor, com um argumento que se torna desqualificado, à medida que, sabemos muito bem, na prática, não resolve os problemas dos trabalhadores, como ficou evidenciado por Morice e outros autores, em estudos anteriores. Poderíamos evidenciar, ainda, nessa entrevista, o teor de preconceito quando o mesmo se refere à favelização das cidades, como se nas favelas, não habitassem, também, a grande maioria dos trabalhadores da cidade, inclusive os da construção civil. Destacamos também a falsa intenção que existe em resolver a problemática social, que está demonstrada quando afirma que os mesmos estão "preocupados" em amenizar as questões sociais, especificamente, a questão agrária. O que supomos que não é verdade, considerando que a lógica que preside os seus interesses, ou seja, a lógica capitalista, nas condições atuais do capitalismo no Brasil, não permite solucionar essas questões a curto prazo.

Não obstante, temos que reconhecer, também, que as condições gerais dos trabalhadores dessa indústria na cidade de João Pessoa têm mudado bastante. Por



exemplo, alguns operários mais qualificados tem ultrapassado o teto salarial de sua função. Já existem operários com condições bastante razoáveis de sobreviver de uma forma digna nesse ramo. É bem verdade que a grande maioria se constitui ainda de trabalhadores sem nenhuma qualificação, portanto, com baixos salários. Existe também, em algumas correntes do patronato, já um novo pensamento, no sentido de investir nesse trabalhador da construção civil, na perspectiva de não o tornar um trabalhador descartável, uma vez que esse trabalhador é essencial nessa indústria, especialmente, os mais qualificados.

No que se refere à modernização dessa indústria, numa análise feita por Oliveira, particularmente na capital paraibana, a mesma constatou que esta indústria tem tido um avanço que ainda não se dá de uma forma generalizada. Nas palavras de Oliveira:

*"De um modo geral, pode-se dizer que a construção civil, em João Pessoa, não encontrou ainda a sua expressão industrial mais avançada. Convive com parcelas de força de trabalho artesanal e parcelas de trabalhadores desqualificados, de origem rural, juntamente com trabalhadores de alta qualificação." (Oliveira, 1992:36)*

O que podemos inferir é que, na verdade, esse processo de modernização vem se consolidando ao longo dos anos. Tal processo tem tomado novos contornos. Tomam vulto grandes empreendimentos na orla marítima, com um grande número de construções verticais, edifícios luxuosos que requerem novas tecnologias de edificação, construção de pequenos shoppings, lojas comerciais, algumas obras públicas com padrões de qualidade e técnicas já além dos conhecimentos especializados dos operários.

Temos observado que, em alguns momentos do processo produtivo na construção civil, muitos trabalhadores já estão sendo suprimidos das suas funções, como é o caso do processo de preparação do concreto, onde 80% do mesmo é feito usinado (bobinado), e que também reduz, em média, cinquenta por cento a necessidade de pessoal nesse setor<sup>9</sup>.

Configurando-se como uma tendência mundial, do ponto de vista da modernização tecnológica, a construção civil tem sofrido, também, a influência da flexibilização do mercado e das mudanças nas relações de trabalho.

Nessa perspectiva, está se caminhando cada vez mais para a necessidade de se ter um operário mais qualificado nessa indústria. Provavelmente, tem-se percebido que, no futuro bem próximo, a tendência é a construção civil se tornar bastante exigente em termos de profissionais para esse mercado de trabalho.

Apesar do crescimento do setor serviços, como uma das características da economia atual, ainda assim, essa indústria tem-se apresentado com um grande número de trabalhadores, até porque tem havido um crescimento, em termos de novas edificações, na cidade, bastante considerável. Como destaca Fonsêca, "*o contingente de trabalhadores empregados no setor, por si só, já constitui um dos indicadores mais expressivos de sua importância para a economia local.*" (Fonsêca, 1996:42).

Em dados atualizados<sup>10</sup>, o número de trabalhadores da categoria da grande João Pessoa totaliza aproximadamente 9000, dos quais o sindicato tem como número de sócios 4122. Fazendo-se uma relação em termos percentuais do universo total de associados distribuídos por funções, ou tipos de ocupações, tem-se o seguinte quadro: 50,29% são serventes; 37,94% são profissionais (pedreiros, carpinteiros,

<sup>9</sup> Estas informações foram obtidas em conversa com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de João Pessoa, em agosto de 1999.

<sup>10</sup> Estes dados foram fornecidos pela secretaria do SINTRICOM, via Internet em 23 de setembro de 1999.

eletricistas, armadores, etc.); e o restante (11,77%) distribui-se em diversas outras funções (vigias, encarregados, pessoal administrativo, etc).

Ainda segundo os mesmos dados obtidos pelo sindicato, no que se refere à separação por sexo, os homens constituem a grande maioria da força de trabalho, com 98,54%. As mulheres constituem apenas 1,46% desse universo, num trabalho de natureza mais administrativa, como também mais doméstico (refeitório, limpeza, etc).

Com relação à origem desta categoria, tem sido observado que muitos são de origem rural. Expulsos do campo pela capitalização desse setor, esse trabalhador não tem mais acesso à terra, conseqüentemente, perdendo o seu sustento. Nesse ínterim, migram temporariamente para as cidades na busca pelo emprego e aí estabelecem a dicotomia entre campo-cidade. Outros fixam residência na capital.

No que diz respeito às condições de vida dos trabalhadores da construção civil em João Pessoa, que habitam nos canteiros de obras das firmas e que na sua grande maioria são serventes, Fonsêca faz um breve relato extremamente oportuno no sentido de denunciar tais condições:

*"Nos canteiros de obras, estes trabalhadores se sujeitam a condições de trabalho e moradia as mais precárias possíveis. As condições de alimentação, e higiene são péssimas. Não dispõem de locais apropriados para dormir, nem de instalações sanitárias adequadas. O espaço para o repouso e para o sono é disputado com ferramentas e materiais de trabalho, muitas vezes tóxicos e insalubres, em ambientes empoeirados e mal-iluminados." (Fonsêca, 1996:44).*

Ireland ainda reafirma fazendo as seguintes considerações: *"Estão ali os migrantes, os deserdados, os típicos peões que compõem a massa dos trabalhadores dessa indústria..." (Ireland, 1991:5).*

No que se refere aos trabalhadores da construção civil que têm residência na capital e moram em geral na periferia da cidade, nas favelas, podemos afirmar que 20% da população economicamente ativa<sup>11</sup> das favelas em João Pessoa trabalham na construção civil, tanto de forma direta - tendo sua fonte de renda básica -, como de forma indireta - tendo a indústria da construção civil como biscoito -, ou seja, é um profissional da construção civil, mas não está ligado diretamente a ela. É interessante notar ainda que parte dos trabalhadores que veio do campo tem moradia fixa na capital.

Em termos salariais, os operários da construção civil, hoje, percebem seus salários baseados na convenção coletiva que está em vigor desde novembro de 1998. Os valores referentes ao salário-base da categoria, para o servente, atualmente, o piso salarial é de R\$ 165,50. Para o profissional o piso corresponde a R\$ 247,50. Vale salientar que para esta categoria, a inflação acumulada está na ordem de 4 a 5% referente a todo período. A data base da categoria é 1º de novembro.

A seguir, faremos um breve histórico da Escola Zé Peão.

## **1.2. - Conhecendo a Escola Zé Peão: um breve histórico**

Posto o contexto mais geral e específico da indústria da construção civil e a Escola, faremos agora um breve histórico sobre a Escola ZP, partindo de alguns pressupostos que fundamentam esta prática educativa.

---

<sup>11</sup> Informações obtidas em 05/12/97, em entrevista realizada com o secretário geral do SINTRICOM.

Constituídos enquanto Grupo Zé Pião<sup>12</sup>, na direção do sindicato, este Grupo tem tentado, ao longo de sua permanência frente aos interesses da categoria, sensibilizar os trabalhadores no sentido de uma maior participação que se dê de uma forma organizada. A preocupação fundamental da direção desse sindicato, em sua nova gestão, era empreender uma política que não se restringisse apenas aos aspectos econômicos, mas, que tivesse desdobramentos de natureza política. Os pressupostos dessa política passariam, necessariamente, por um trabalho que tivesse uma dimensão educativa. Fez-se necessário promover um conjunto de ações que, enquanto demandas históricas antigas e reprimidas dos trabalhadores, concretizassem-se na prática.

Devido à extrema desqualificação dos trabalhadores na sua grande maioria, tais demandas precisavam ser objetivadas neste momento. Estas trazem consigo a preocupação de acrescentar a esta pauta as questões relativas à formação profissional, à educação básica, à alfabetização dos trabalhadores da construção. Considerando-se que, até então, tinham como direito constitucional, enquanto cidadão e ser humano, mas não tinham como direito de fato. A pouca escolarização entre esses operários constituía-se um impedimento para que se tivesse um sindicato democrático e participativo.

O referido Grupo Zé Peão via como fundamental a possibilidade de existir uma escola que contemplasse os elementos da formação, participação e organização da categoria. Assim, lutou-se para que esta propositura se configurasse no acordo coletivo da categoria de novembro de 1990, ou seja, o direito de os trabalhadores se tornarem trabalhadores-alunos, o que veio a consolidar-se. Nesse sentido, podemos

---

<sup>12</sup> Caracterizado como Movimento de Reconstrução Sindical ou Grupo Zé Pião, que tomou o sindicato em meados da década de 80, como oposição ao grupo que estava na situação desde a década de 1970, por isso o nome da Escola Zé Peão.

considerar que, a partir dessa Convenção Coletiva<sup>13</sup>, a educação do trabalhador entrou como objeto de discussão e análise, do ponto de vista formal.

Assim, estariam fundadas as bases para a construção de um processo de identidade coletiva e operária de classe que seria, nas palavras de Ireland, "*uma identidade profissional comum que formaria a base de um sindicato combativo e forte.*" (Ireland, 1991:10).

A direção do sindicato que ora encaminha as lutas dos trabalhadores, dentro de uma visão ampla e largamente progressista, entendeu que seria necessário fazer um trabalho de caráter também educativo, voltado para a grande massa de serventes que se alojam nos canteiros de obras.

Nessa perspectiva, com a preocupação de alargar a política sindical para que não ficasse só com as chamadas lutas políticas e as suas demandas reivindicatórias salariais, surge, dentro do quadro das políticas do sindicato, a possibilidade de uma escola para os operários. Dentro dessa visão,

*"a escola foi concebida como uma forma de diminuir a tensão entre a proposta de uma organização e estruturas sindicais democráticas e participativas e a dura realidade de uma categoria condenada ao silêncio durante longos anos, silêncio esse incentivado por uma direção sindical pelega, que o novo grupo veio substituir."* (Ireland, 1996:34).

Ainda dentro dessa concepção, podemos considerar três pontos que, nas palavras de Ireland, podem contribuir para mudar esse quadro:

*"o projeto compreende que o domínio do conhecimento:  
a) instrumentaliza as relações sociais de poder, e que a  
reapropriação, pelo trabalhador, do conhecimento*

<sup>13</sup> Ver cláusulas 24ª, 25ª e 26ª referentes à convenção coletiva de novembro de 1990, dessa categoria.

*objetivo, mediado pela escola, potencializa suas formas sociais de luta;*  
*b) contribui de uma forma fundamental para a formação profissional do trabalhador;*  
*c) configura-se como direito básico do trabalhador enquanto ser humano e cidadão.* (Ireland, 1996:78-79).

Foi com estes propósitos que a direção do sindicato, conjuntamente com um grupo de professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, atendendo à necessidade premente da direção desse sindicato, em 1990, idealizou e traçou as diretrizes gerais de um projeto de alfabetização para jovens e adultos, operários da construção civil, o qual se consubstanciaria como um projeto escolar, intitulado **Projeto Escola Zé Peão**.

Muitos foram os desafios postos para que esse Projeto se concretizasse do ponto de vista educativo, dentre os quais se encontram: "*os de natureza político-social (homens concretos lutando por uma vida melhor), histórica (homens situados em um tempo e um espaço), e pedagógica (metodologias e recursos adequados)*" (Ireland, 1996:81).

Desde 1991, esta experiência vem se desenvolvendo a partir dessa articulação sindicato/universidade<sup>14</sup>. A esse respeito reporta-se Ireland, "*Essa nova experimentação representa o reconhecimento, por parte do Sindicato, da importância da escola para a luta da classe trabalhadora*". (Ireland, 1991:3).

Podemos dizer que a construção dessa Escola possuiu dois momentos distintos: no primeiro momento, ela poderia ser caracterizada como sendo uma provocação feita aos operários, dizendo melhor, uma Escola feita para eles. Neste momento, praticamente não havia iniciativa dos operários em exigir a Escola. O

<sup>14</sup> Desde fevereiro de 1995, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário e a Universidade Federal da Paraíba, firmaram uma parceria através de um convênio. Recentemente, em 29/07/99, esse convênio foi renovado.

sindicato inicia o processo educativo, convidando os operários a participarem da mesma.

Num segundo momento, poderíamos afirmar: já havia uma demanda própria à Escola. Já existia uma contrapartida dos operários em relação à procura da Escola. Começaram então a exigir, a se organizar, fazer listas de pedidos para que a Escola funcionasse nos seus respectivos canteiros; procuravam outros operários, em outros canteiros de obras, que não os seus, para compor as listas que enviavam à direção do sindicato. Poderíamos dizer, que nesse segundo momento, os operários descobriram a Escola Zé Peão em suas vidas e já ajudavam a organizá-la no espaço da construção. Nas próprias palavras de Ireland: *"iniciada como uma provocação da direção do Sindicato à categoria, a escola se tornou uma demanda ativamente articulada e procurada pelos operários."* (Ireland, 1996:39).

A partir desse segundo momento, os operários internalizaram-na. A Escola estava presente nos canteiros, completando o cotidiano do trabalhador, que é a vida do/no trabalho. Poderíamos até arriscar dizer, cria-se aí a possibilidade de uma nova identidade no operário-aluno, que já não é só operário, mas passa a ser, agora, um trabalhador-aluno da Escola.

Evidenciamos aqui o caráter dessa Escola, à medida que se compreende que não se trata de uma escola de formação sindical, mas de uma Escola que, idealizada e discutida para/com os trabalhadores nos canteiros de obras, foi pouco a pouco sendo assumida por eles, enquanto possibilidade concreta de acesso ao saber sistematizado. Trata-se de uma Escola em que *"há uma preocupação de trabalhar o saber escolar mas sem perder o compromisso com a realidade concreta da indústria da construção."* (Ireland, 1996:36).

---